

## POLÍTICA

HAROLDO HOLLANDA

Congresso

## Encontro com Passarinho

Dependendo ainda da pauta de votação da Câmara, que promete estar sobrecarregada, os deputados Genebaldo Correia, líder do PMDB, e Ulysses Guimarães combinaram um encontro com o ministro Jarbas Passarinho, da Justiça, no decorrer da semana que se inicia. Trata-se de uma nova tentativa com vistas a antecipar a data do plebiscito sobre sistema e forma de governo, previsto originalmente na Constituição para 7 de setembro de 93. Há como que consenso entre lideranças do Governo e das oposições de que o plebiscito pode ser antecipado para 21 de abril de 93. A reunião, programada com o ministro Passarinho, sacramentaria o acordo para aprovar, sem polêmica, a emenda constitucional antecipatória do plebiscito. O senador Marco Maciel, líder do Governo, acha que deve haver um entendimento o mais rápido possível em torno desse assunto, sob a alegação de que ele vem se constituindo numa fonte de fermentação política. Como todos se recordam, o Senado aprovou, com a aquiescência inicial do Planalto, emenda do senador Richa antecipando o plebiscito para 21 de abril do próximo ano. Quando a emenda Richa foi submetida a um segundo turno de votação, subitamente o governo instruiu seus liderados a recusarem a proposta, sob a alegação suspeita de que os adversários do Governo poderiam se valer daquele instrumento para implantar de imediato o parlamentarismo, podendo os pode-

res presidenciais de que Collor se acha investido. Isso criou uma situação de constrangimento e descrédito político em relação ao Governo, porque antes o presidente Collor havia se comprometido a permanecer neutro diante da emenda Richa.

No que depender dos deputados Genebaldo Correia e Ulysses Guimarães, ambos querem aproveitar a oportunidade da antecipação do plebiscito para, no bojo da emenda constitucional, incluírem um pacote de várias iniciativas políticas, como a da reforma partidária e a do voto distrital misto. Se houver convocação extraordinária do Congresso, Genebaldo acredita que esses assuntos poderiam ser incluídos na pauta de votação. Predomina na Câmara o sentimento de que para ter vigência a partir de 94, as reformas políticas que o País está a exigir, como a nova Lei Orgânica dos partidos e o voto distrital misto, devem ser aprovados até o final do primeiro semestre de 92. Porque se isso não acontecer, ambas as providências poderiam se frustrar, por falta de tempo, até legal, para sua aplicação. No caso da mudança do sistema eleitoral ponderam os deputados que precisam conhecer, com bastante antecedência, o distrito em que irão disputar as eleições para se familiarizarem melhor com o eleitorado da região que lhe for reservada. Racionam assim diante da hipótese de que o voto distrital misto venha a prevalecer nas decisões a serem em breve tomadas.